

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR LUCIMAR PONCIANO LUZ, PRESIDENTE DA
CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ**

PROTOCOLO Nº	124	TIPO:	A
DATA	05/2/19	ASS:	[Signature]
CAMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ			

Processo de Contas Municipais

Autos nº 188/2009 (TC nº 3323/026/06)

MARCO AURÉLIO DE SOUZA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em face da nomeação do i. Perito para acompanhamento da instrução processual, **(i)** indicar como assistente técnica a Sra. Cláudia Castello Branco, com endereço eletrônico claudiacbranco@ig.com.br e telefone (12) 9 9763 7944, bem como **(ii)** formular os anexos quesitos endereçados ao Senhor Perito.

Por fim, esclarece-se que a assistente técnica nomeada estará à disposição desta Câmara Municipal e do i. Perito para acompanhar as diligências necessárias, bem como auxiliar com o envio de informações e documentos que se fizerem necessários para a elaboração e conclusão dos trabalhos periciais.

Nesses termos, pede deferimento.

De São Paulo para Jacareí, 25 de janeiro de 2019.

HELIO FREITAS DE CARVALHO DA SILVEIRA
OAB/SP154.003



QUESITOS

A) Dos valores repassados com entidades filantrópicas na área do ensino fundamental

01. Queira o Sr. Perito confirmar se o montante de R\$ 496.677,60 foi objeto de glosa pelos órgãos técnicos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
02. Caso positivo, queira confirmar se o referido montante foi efetivamente despendido a título de subvenções sociais destinadas a entidades filantrópicas.
03. Em sequência, com base na documentação carreada aos autos do processo em comento, queira o Sr. Perito precisar o teor dos respectivos estatutos sociais das entidades referidas, explicitando o objeto social de cada uma delas. Ainda, queira o Sr. Perito indicar o objeto dos convênios acima celebrados, conforme documentação encartada aos autos do processo em questão.
04. Feita a verificação, queira o Sr. Perito elucidar qual o impacto das referidas verbas no percentual de valores efetivamente aplicados na educação municipal.

B) Restos a pagar – existência de contingência financeira - repasse decendial

05. Queira o Sr. Perito precisar o montante que, no exercício de 2006, foi inscrito como "restos a pagar".
06. Queira o Sr. Perito verificar se o referido montante possuía previsão na Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício pertinente.
07. Em sequência, queira o Sr. Perito verificar se referido montante foi empenhado e, caso positivo, em que data.

1202



08. Após, queira o Sr. Perito verificar se o referido montante foi liquidado, apontando também o momento de liquidação com base na documentação carreada aos autos do processo em epígrafe.

09. Caso positivo, queira o Sr. Perito elucidar em função do que o referido montante foi empenhado e liquidado, explicitando sua origem com lastro na documentação carreada aos autos do processo em referência.

10. Ato contínuo, queira o Sr. Perito confirmar se o referido montante foi originado a partir de alguma das seguintes hipóteses previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

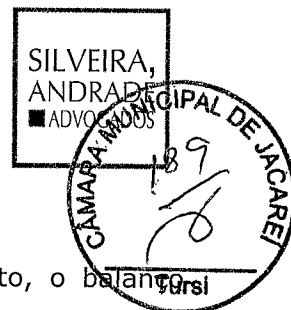
VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

11. Após, queira o Sr. Perito esclarecer se – e quando – os referidos valores foram efetivamente pagos no exercício de 2007.

12. No mesmo sentido, queira o Sr. Perito esclarecer se o referido montante foi contabilizado no exercício de 2007

13. Feito esse esclarecimento, queira o Sr. Perito indicar qual seria o impacto desses valores no percentual constitucional de gastos com a educação municipal





caso fossem computados sob esta rubrica, considerando, para tanto, o balanço referente ao exercício de 2006.

14. Queira o Sr. Perito esclarecer, por fim, se havia lastro financeiro para o pagamento dessas despesas inscritas como "restos a pagar", considerando-se a disponibilidade em contas municipais na data de 10/01/2007.

C) Dos valores glosados referentes a "vencimentos e vantagens fixas"

15. Queira o Sr. Perito verificar se sobre o valor apresentado na planilha do ensino a título de vencimentos e vantagens fixas foi aplicada glosa no importe de R\$ 1.668.612,01 pelos órgãos técnicos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

16. Queira o Sr. Perito elucidar se o referido valor foi despendido com vantagens fixas e vencimentos de servidores atrelados a programas educacionais do Município de Jacareí, especificamente, os Programas "Erê, Crê-Ser", "Casa da Juventude" e "Arco-Íris", que versavam sobre reforço escolar nas escolas municipais.

17. Queira o Sr. Perito verificar se foram realizadas diligências pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para verificar se os programas foram devidamente executados.

18. Por fim, queira o Sr. Perito verificar qual o impacto do referido montante no percentual de valores aplicados na educação municipal.

mu



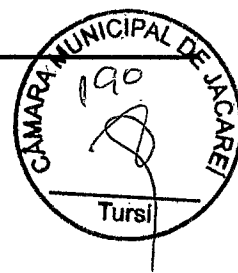


CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

Gabinete da Presidência

Processo nº 188, de 25.11.2009




Assunto: Análise das contas referente ao exercício de 2006 da Prefeitura Municipal de Jacareí.

DESPACHO

Trata-se de manifestação do interessado no processo supra indicado, na qual apresenta assistente técnico e quesitos para eventual perícia (fls. 186/189).

Considerando o disposto no artigo 131 do Regimento Interno, em especial o disposto no inciso II, remeto o presente expediente para as Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento para que deliberem, conjuntamente, sobre a manifestação apresentada.

Jacareí, 07 de fevereiro de 2019.


Abner Rodrigues de Moraes Rosa
Presidente